O LUGAR DO CONFLITO NA TEORIA DEMOCRÁTICA CONTEMPORÂNEA*

Gabriel Eduardo Vitullo**

Um dos principais elementos que caracterizam a teoria elitista da democracia¹ é a aversão ao conflito. Em boa parte das obras publicadas pelos principais nomes da ciência política das últimas décadas, encontramos uma sistemática subestimação do conflito e uma persistente negativa a interpretá-lo como componente essencial de um regime político democrático e como parte constitutiva da ação política, inclusive da própria política democrática. Tais atitudes não são fruto do acaso: encontram sua explicação na definição da democracia com que estes autores trabalham e, em termos mais gerais, na concepção do mundo e na teia de valores que eles defendem. Nestas páginas, buscaremos

* Texto apresentado no III Encontro da Associação Latino-americana de Ciência Política (ALACIP), realizado em Campinas/SP, em setembro de 2006.

** Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

¹ O primeiro em utilizar a expressão “teoria elitista da democracia” foi Seymour Lipset, um dos principais defensores da concepção dominante, no prólogo a uma edição do livro “Os Partidos Políticos” de Robert Michels (1962) publicada pela Collier Books. Devemos esta constatação a Jack L. Walker (1966), em seu artigo “A Critique of the Elitist Theory of Democracy”, que constitui uma boa análise precursora e crítica do enfoque elitista da democracia.

examinar criticamente as relações entre a noção de conflito e a definição de democracia imperantes na teoria e na ciência política de nossos dias, analisar o tipo de argumentos que são utilizados para negar a universalidade e a positividade do conflito, observar as conseqüências teóricas e políticas que daí se desprendem e, conseqüentemente, alertar para a necessidade de alterar o enfoque conceitual e metodológico com que normalmente são abordados os fenômenos políticos. Esta necessidade é particularmente evidente em países como os latino-americanos, nos quais opera uma crescente conflitividade que, mais do que ameaçar a continuidade dos regimes democráticos, oferece a possibilidade de dotá-los de novos conteúdos, de maior legitimidade e de maior densidade social.

Nos textos já clássicos sobre os processos de transição e de consolidação democrática no continente latino-americano, há uma série de afirmações que ilustram muito bem a atitude que predomina nos círculos acadêmicos quando se faz referência à noção de conflito político e social. Assim, por exemplo, podemos lembrar o que dizem Guillermo O'Donnell e Philippe Schmitter (1988) na sua obra "Transições de um regime autoritário". Ali eles afirmam que a passagem do autoritarismo para a democracia deve contar preferentemente com espaços de negociação, cooperação e acordo, que eliminem ou minimizem o enfrentamento entre atores sócio-políticos rivais. De maneira explícita, defendem a necessidade de celebrar pactos entre os principais dirigentes do regime em decomposição e os líderes políticos do regime nascente como o melhor modo de construir uma democracia com boas perspectivas de consolidação. A negociação, o diálogo, as concessões recíprocas são entendidas como instâncias que permitiriam escapar dos enfrentamentos ou antagonismos, os quais, na opinião dos citados, seriam sumamente prejudiciais para o futuro do novo regime democrático.

Em outros textos de autores enquadrados nos paradigmas transitológicos e consolidológicos², como Giuseppe Di Palma (1990), Terry Karl (1990), Higley e Gunther (1992), Leonardo Morlino (1987) ou Jorge

² Podem ser consultados outros textos da minha autoria nos quais discorro sobre as origens e as características dos estudos da transição e da consolidação democrática ou sobre a "transitologia" e a "consolidologia" (Vitullo, 2001; 2006).

Domínguez (1998) também encontramos afirmações que apontam para a mesma direção. Di Palma condiciona as possibilidades de uma transição exitosa à forma em que opere o processo de restauração das instituições democráticas. Fatores chave, em opinião deste autor, seriam a moderação, a cautela e o gradualismo nas decisões adotadas pelos principais líderes políticos do regime nascente, todos elementos que levariam à neutralização do conflito. Para Di Palma, as elites dirigentes devem contar com uma boa margem para atuar e devem fazer isto num marco que preserve os direitos e os privilégios adquiridos pelas corporações castrenses e pelos setores empresariais durante a vigência do regime autoritário. Nesta divisão do fazer político, aos trabalhadores e, de modo geral, às massas populares caberia a auto-limitação nas suas mobilizações, demandas e reivindicações, sob pena de colocar em risco a continuidade do regime democrático e de retornar aos horrores do regime precedente. A responsabilidade por um eventual colapso das instituições democráticas é assim depositada nas costas daqueles que formam a base da pirâmide social, principais vítimas dos regimes ditatoriais e novamente vítimas dos regimes pós-ditaduras.

Posições análogas sustentam Morlino (1987) e Domínguez (1998), para os quais os pactos e as coalizões amplas são elementos fundamentais, na medida em que ajudariam a reduzir a intensidade da competição e do conflito, contribuindo de tal forma para o definitivo estabelecimento das instituições democráticas. Os chamamentos a evitar a mobilização social e a ênfase reiterada na necessidade de que os diferentes setores sociais se subordinem às estratégias políticas desenhadas pelos líderes partidários a cargo do processo de democratização aparecem, igualmente, em textos como os de Robert Kaufman (1986) e Phillipe Schmitter (1986), incluídos na compilação organizada por Schmitter e Guillermo O'Donnell já mencionada, ou nas análises de Samuel Valenzuela. Este último afirma num de seus escritos que “Nada é mais destrutivo para a democracia do que os confrontos freqüentes nas ruas, no parlamento, na administração do Estado e em outros âmbitos [...]”, dado que poderiam levar à desordem e à violência generalizada (Valenzuela, 1992, p.82).

Samuel Huntington (1968), anos antes do surgimento do paradigma transitológico, também sustentava no seu *Political Order in Changing Societies*

que o excesso de demandas e a desmedida mobilização popular podiam ser elementos que levassem a uma conflitividade e a uma crise política de tal magnitude que terminassem com as instituições da democracia representativa. No famoso informe à Comissão Trilateral, Huntington – junto aos outros dois autores do documento – declarava abertamente a necessidade de pôr um freio às demandas da população, como forma de garantir a estabilidade dos sistemas políticos nos países centrais (Crozier; Huntington & Watanuki, 1975). O conflito aparece assim, mais uma vez, como o obstáculo a ser superado, como um elemento negativo para a preservação do equilíbrio político e para a existência da própria democracia. Discípulo direto desta linha de pensamento, Fareed Zakaria (1997; 2003) sustenta abertamente, em escritos mais recentes, que mobilização popular e democracia são incompatíveis, ou que há incompatibilidade entre uma estendida participação popular – com toda a carga de conflitividade que esta pode trazer atrelada – e a manutenção de uma ordem política viável e estável.

E por que esta persistente rejeição do conflito? Por que as recomendações que apontam para a sua neutralização? Por que esta negativa a aceitar sua existência? Por trás de tais atitudes o que encontramos é uma interpretação da mudança social que não reconhece a luta de classes como motor propulsor da história nas sociedades contemporâneas. O rompimento com a teoria marxista por parte daqueles que hoje ocupam posições de destaque nos âmbitos acadêmicos fecha-lhes o caminho para problematizar as relações que existem entre a luta de classes, a mudança social, a natureza da política e os fundamentos e conteúdos da democracia. Autores pertencentes ao paradigma politológico dominante como Seymour Lipset (1959), Larry Diamond (1992) ou Juan Linz (1997) – por agregar apenas alguns outros nomes consagrados – têm expressado que existiria uma decidida incompatibilidade entre o conflito de classes e a democracia, ou, em outras palavras, têm advertido acerca da ameaça que representaria o conflito de classes para a estabilidade democrática e têm atribuído a este grande parte da responsabilidade pelo colapso de muitos regimes democráticos ao longo das últimas décadas nos mais diversos continentes e regiões do globo terrestre.

O que encontramos na obra de autores como os citados e de tantos outros que compartilham a mesma perspectiva teórico-epistemológica

quando se referem ao tema do conflito são as marcas de autores como Auguste Comte, Herbert Spencer, Wilfredo Pareto, Emile Durkheim e, já no século XX, os fundadores da escola funcionalista: Talcott Parsons e Robert Merton³. Concentrando nossa atenção na teoria social desenvolvida por estes dois últimos, vemos que ali o conflito aparece como uma patologia que deve ser reprimida e eliminada, pois seria disfuncional à sobrevivência do sistema social. O que prima na teoria funcionalista é a busca da estabilidade, do equilíbrio e do consenso. Agora bem, cabe perguntar: não haveria aqui um notável “ar de família” com as teorizações promovidas por transitólogos e consolidólogos ao longo destes lustros? Os objetivos perseguidos pelos principais analistas dos processos de transição e de consolidação democrática não são basicamente os mesmos que os defendidos pelos teóricos funcionalistas? Efetivamente, há uma série de coincidências que levam a afirmar a existência de um transfundo funcionalista nas análises sobre os processos de democratização em continentes como o latino-americano elaborados desde os anos 80 aos dias de hoje, tanto no que diz respeito aos elementos conceituais mais importantes, quanto ao que se refere, num plano mais profundo, à visão do mundo sustentada por uns e outros.

E tudo isto, sem dúvidas, deixa transluzir a concepção democrática defendida pelas correntes hegemônicas dentro da ciência política nas últimas décadas. Concepção que, na verdade, tem já uma longa história. Há certos processos sócio-políticos e certos autores que estão intimamente associados ao seu desenvolvimento e sobre os quais vale a pena deter-se. Podemos mencionar, por exemplo, a importância que tem para a concepção ainda hoje dominante o trunfo dos Federalistas na luta política travada em torno do desenho institucional que devia organizar a sociedade estadunidense em finais do século XVIII. Os Federalistas norte-americanos (Hamilton *et al.*, 1985), do mesmo modo que o Abate Sieyès do outro lado do Atlântico naquela época, defendiam a necessidade de uma clara distinção entre regime político representativo e regime político

³ Uma boa síntese sobre a interpretação funcionalista do conflito pode ser encontrada sob o vocábulo “conflito”, escrita por Gianfranco Pasquino (2004) para o *Dicionário de Política* organizado por Bobbio, Matteucci e Pasquino.

democrático. Nos célebres artigos concebidos para promover a aprovação da carta constitucional que haveria de unir as ex-colônias anglo-americanas, diferenciavam de modo explícito um governo democrático de um governo de tipo representativo ou republicano, optando decididamente por este último. No Federalista X, James Madison (Hamilton *et al.*, 1985) defende a idéia de que a Constituição deve fornecer as ferramentas que impeçam ou desestimulem a articulação, a reunião e a expressão da maioria popular no sistema político, maioria que, em sua opinião, só pode ser fonte de turbulências, de conflitos, de paixões, de sectarismo e de opressão contra as minorias. Desde esta ótica, a Constituição deveria rejeitar o modelo democrático de governo e, no lugar dele, alentar a conformação de um governo republicano ou representativo, dado que, além de ser mais adequado em contextos de um grande número de cidadãos e de grande extensão territorial, possibilitaria o desenvolvimento de uma opinião pública mais qualificada. Para Madison, uma república, em contraste com o que acontece com a democracia,

[...] depura e aumenta o espírito público, fazendo-o passar para um corpo escolhido de cidadãos, cuja prudência saberá distinguir o verdadeiro interesse da sua pátria e que, pelo seu patriotismo e amor da justiça, estarão mais longe de o sacrificar a considerações momentâneas ou parciais. Num tal governo é mais possível que a vontade pública, expressa pelos representantes do povo, esteja em harmonia com o interesse público do que no caso de ser ela expressa pelo povo mesmo, reunido para este fim (Hamilton *et al.*, 1985:98).

Ellen Meiksins Wood (2003), no seu brilhante ensaio “O *demos* versus ‘nós, o povo’: das antigas às modernas concepções da cidadania”, deixou bem estabelecida a antítese que existe entre os dois tipos de regimes, o qual nega qualquer relação ou fundo comum entre ambos. Ela explica que na democracia antiga, as classes subordinadas gozavam de um status civil único, uma cidadania ativa que contrasta agudamente com a cidadania passiva com que devem se contentar os setores subalternos nas sociedades capitalistas contemporâneas. Segundo Wood, na Antigüidade, a participação política conseguia fixar limites ao domínio econômico, fe-

nômeno que não se verifica nas modernas “democracias”, que carecem da substância que tinham as primeiras. A autora, com grande maestria, traz à superfície as raízes das instituições da moderna democracia representativa, raízes que deixam em evidência a natureza e a origem pouco ou nada democráticas dos regimes políticos que costumamos definir como tais.

Ao revisar a trajetória da democracia representativa liberal, Ellen Wood identifica uma série de movimentos e de processos históricos que explicariam por que a versão triunfante é tão limitada, tão vazia, tão carente de conteúdos. A democracia moderna encontra suas origens na República e no Império romano, na Carta Magna britânica (1215), na Revolução Gloriosa (1688), na Petição de Direitos (*Bill of Rights* 1689) e na Constituição dos Estados Unidos da América (1787). Estes antecedentes nada têm a ver com a árvore genealógica da tradição democrática derrotada. Nada têm a ver com a tradição igualitarista e popular que remonta à antiga *polis* ateniense, recuperada posteriormente por movimentos radicais como o dos *levellers* (entre 1642 e 1652), os *diggers* (1648), o *luddismo* (primeiras décadas do século XIX), o cartismo (1832-1848) e os movimentos socialistas e sindicais ao longo dos séculos XIX e XX, dentre os quais – agregaríamos – a Comuna de Paris talvez seja a experiência mais avançada de criação de uma democracia autenticamente popular e auto-governada.

A versão democrática dominante é produto da ascensão e da consolidação das classes proprietárias, primeiro frente à Coroa, depois frente às multidões populares. Os valores medulares desta concepção “democrática” são os mesmos que deram forma ao constitucionalismo moderno: governo limitado, divisão e equilíbrio de poderes, representação política e liberdades civis. Tais princípios apontaram e apontam a garantir a mais ampla liberdade para as classes capitalistas e a subordinação política das classes produtoras. Isto leva a que, de modo paralelo ao paulatino processo de extensão ou universalização dos direitos de cidadania, tais direitos se tornem cada vez mais limitados, mais restritos, dando lugar a um corpo de cidadãos ampliado, porém passivo e sem poder. Concorrendo com Wood, poderíamos dizer que nos últimos dois séculos tem se dado a construção de um regime que, em nome da democracia, busca na verdade garantir a coexistência de certos níveis muito reduzidos de igualdade política junto a crescentes desigualdades no plano econômico

e social e afasta-se assim, completamente, da noção clássica de democracia, da democracia entendida como sinônimo de auto-organização e de auto-governo popular.

Outro autor ligado ao desenvolvimento desta concepção é Max Weber. Não podemos deixar de lembrar seu nome quando buscamos elucidar os antecedentes desta versão de democracia limitada, conservadora, auto-complacente e elitista que tanta força ganhou na ciência política do século XX. Há em Weber uma série de definições e posições que consagram uma abordagem “legalista” da legitimidade política, a preferência por uma análise centrada nos governantes e no poder e a opção valorativa pela estabilidade, o que mantém total coerência com sua perspectiva elitista da democracia. Cabe destacar que na sua obra o regime democrático sequer alcança o *status* de tipo ideal de dominação, nem a legitimidade democrática aparece como um tipo especial de fonte justificatória do poder político. Para Weber a democracia não passaria de uma simples fórmula política utilizada pelos governantes para manter o sistema de dominação. Mesmo assim, encontramos nos seus escritos alguns elementos e passagens dedicados especificamente a este tema, em geral impregnados por uma visão francamente pessimista. A democracia aparece como um regime no qual impera a passividade cidadã, um regime dominado pelas burocracias partidárias. A possibilidade de uma democracia mais atuante, mais participativa, que permita um maior envolvimento dos governados no processo de tomada de decisões é apenas imaginada por Weber em circunstâncias muito particulares: limitação espacial, baixo número de participantes, pouca diferenciação na posição social destes, tarefas relativamente simples e estáveis, escassa instrução e prática na determinação objetiva dos meios e fins mais adequados (Weber, 1992).

Já sob um governo de massas, o sociólogo alemão considera que o conceito de democracia altera-se profundamente. Neste contexto, o saber técnico, a especialização e o corpo estável de funcionários são os que verdadeiramente exercem o domínio. E junto com estes, são os chefes partidários os que também protagonizam a dominação. Na definição democrática weberiana, as massas populares devem se limitar a aclamar as novas lideranças, escolhidas em conformidade com os ritos eleitorais e demais disposições de caráter constitucional e legal; lideranças legiti-

madras, precisamente, em virtude do cumprimento formal de tais normas no ato de sua eleição. Lendo a biografia de Max Weber, escrita pela sua viúva poucos anos depois da sua morte, encontramos a transcrição de um diálogo que serve muito bem para ilustrar o que estamos dizendo: em 1919, conversando com o General Ludendorff e frente à pergunta deste a respeito do que entendia ele por democracia, Weber respondeu que “na democracia o povo escolhe seu dirigente, no qual confia” e depois o eleito diz: “¡Agora fechem a boca e obedeçam!” , declaração que concitou a aprovação do general, quem afirmou “esse tipo de democracia pode ser do meu agrado” (Weber, Marianne 1988)⁴.

De tal forma, vemos até que ponto a definição schumpeteriana que reduz a democracia a um método para a formação de governos a partir da luta política para conquistar a adesão da maioria dos votos de um eleitorado passivo e apático é, na verdade, herdeira e fiel continuadora da concepção weberiana. E esta herança é aceita sem “benefício de inventário”: junto com a visão procedimental da democracia, Schumpeter (1961) absorve, também, a noção formalista de legitimidade, a qual deixa no caminho todo conteúdo de justiça, todo conteúdo de caráter mais substantivo. O observador que queira definir o caráter legítimo ou ilegítimo de um determinado regime deveria se limitar, seguindo estes critérios, a uma mera verificação do cumprimento dos dispositivos legais por parte das autoridades, tanto na aquisição quanto no exercício concreto do poder político. Neste tipo de interpretações, uma relação de autoridade se diferencia de uma simples relação de força pela presença do cumprimento dos enunciados legais, pela validade abstrata das normas, e não pela existência de um grau de consentimento suficiente frente às relações da sociedade com o poder estatal por parte dos governados, como queriam os clássicos da filosofia política. Consideramos que se não escaparmos de uma análise exclusivamente instrumental e legalista da legitimidade,

⁴ Ao ler esta declaração de Weber encontramos uma semelhança notável com o conceito de democracia delegativa idealizado por Guillermo O'Donnell (1991) sete décadas mais tarde. Isto deveria nos levar a questionar se realmente o caráter delegativo constitui uma desviação ou patologia do sistema democrático representativo hegemônico ou se, na verdade, tal traço faz parte de sua própria essência, tornando-se mais evidente em situações de crise.

difícilmente poderemos compreender a própria essência do conceito, fundamental para compreender, por sua vez, a natureza dos regimes políticos democráticos contemporâneos. Sem um conceito mais rico de legitimidade, que recupere as idéias de justiça e de razoabilidade, que recupere os mecanismos em virtude dos quais – como diz Lucio Levi (1997) – a obediência converte-se em adesão, em reconhecimento social, em sentimentos de identificação, fidelidade ou lealdade, não poderemos contar com ferramentas suficientes para avaliar adequadamente a situação em que se encontram as democracias “realmente existentes”. Isto implica a observação não apenas da forma de constituição de um determinado regime político, mas também, conforme indica Saward (1992), a observação e a análise de seus resultados.

Que diferença relevante existe entre a caracterização do governo representativo realizada pelos Federalistas e a definição “realista” ou procedimental do regime democrático que oferecem Weber ou Schumpeter? Podemos encontrar claras analogias nos termos constitutivos das diferentes díades elaboradas acerca deste tema na teoria política dos últimos dois séculos: governo representativo vs. governo democrático (Sieyès e os Federalistas), democracia de massas vs. democracia direta (Weber) e teoria “realista” vs. teoria “clássica” da democracia (Schumpeter). Independente dos nomes, é bastante transparente a coincidência no que se refere à concepção e às características do regime político incluídas nos primeiros componentes de cada par, assim como a semelhança que podemos encontrar entre os termos que se opõem a estes e que configuram o segundo componente de cada antítese.

Não há apenas diferença de grau dentro de um *continuum*, como pretende Norberto Bobbio (1986) nos ensaios que compõem *O futuro da democracia*. Há um antagonismo entre regime representativo e regime democrático. Neste sentido, Giovanni Sartori (1994; 1997) – um dos mais entusiastas defensores do paradigma elitista – declara abertamente que cabe uma clara distinção entre democracia representativa e democracia direta, como regimes essencialmente diferentes. Ele considera que

Com independência de como for julgada a intensidade do auto-governo na *polis*, a diferença entre a democracia direta e a indireta é em qualquer

caso radical. Na democracia direta o povo participa de maneira continua no *exercício* direto do poder, enquanto que a democracia indireta equivale basicamente a um sistema de *limitação* e de *controle* do poder. Nas democracias atuais existem os governantes e os governados; de uma parte, o Estado, e de outra, os cidadãos; os profissionais da política e os que se esquecem dela, exceto em raras ocasiões. Estas distinções têm escasso sentido nas democracias antigas (Sartori, 1997, p.346).

Isto coincide plenamente com a análise realizada por Ferran Requejo (1994), quem ao observar o regime político que definimos como “democracia representativa” ou “democracia indireta” considera que pouco ou nada tem a ver com a “democracia direta”. São dois regimes que diferem notoriamente e não variações de um mesmo tipo de organização política. De fato, Requejo diz que o núcleo das organizações políticas ocidentais ao longo dos últimos dois séculos não tem sido democrático, mas liberal. O governo representativo não constitui uma forma “indireta” ou “imperfeita” do auto-governo do povo, mas um regime fundado sobre bases diferentes. Na opinião deste autor, Madison foi quem, no citado livro X do Federalista, melhor expressou esta diferenciação radical entre ambos os regimes.

Entre os contemporâneos, podemos voltar mais uma vez a Juan Linz, quem em um dos seus textos afirma: “Talvez a democracia não seja o governo do povo ou para o povo, mas um governo que seja controlável em intervalos regulares pelo povo” (1997, p.419). Aqui toda a radicalidade e todo o potencial transformador que encerra a promessa democrática se desvanecem a partir de um simples passe de mágica perpetrado por uma das grandes figuras da ciência política dominante. Com que legitimidade a ciência política pode decretar, pura e simplesmente, a dissolução do projeto democrático e sua conversão em um mero método de seleção de governantes? Quais são os elementos que podem dar verossimilhança a semelhante transformação? Não há dúvidas de que, aqui, estamos frente a uma proposição que busca se afirmar como profecia auto-realizada. Coincidindo com Augusto Varas (1998), podemos dizer que há uma correspondência entre a definição minimalista da democracia e a pouca participação popular na prática. É bom destacar que este tipo de afirmação

aparece também na obra de outros grandes defensores da perspectiva elitista-competitiva, com alto impacto na produção acadêmica das últimas décadas.

Vale a pena determo-nos em *The Civic Culture*, a obra que lançou a Almond e Verba (1963) ao estrelato dentro da disciplina. Neste livro, encontramos várias afirmações que apontam à necessidade de equilíbrio e de moderação, assim como menções aos riscos que implicaria uma participação “excessiva” ou muito intensa por parte de certos setores sociais para a estabilidade de um sistema político democrático. Para Almond e Verba é positivo que a cidadania se comprometa com os assuntos públicos, mantenha-se informada e interesse-se pelo que acontece no sistema político; entretanto, assinalam que tal grau de comprometimento e de interesse não deve ser elevado demais, já que poderia se tornar um entrave para o desenvolvimento democrático, na medida em que impediria que as elites pudessem governar. Uma participação limitada, dizem eles, permitiria chegar a um ótimo equilíbrio – mais uma vez a trilhada idéia de equilíbrio – entre responsabilidade e governabilidade, ou entre legitimidade e eficácia. E para fortalecer a sua argumentação e não deixar dúvidas acerca do tipo de enfoque que defendem e que classe de interesses se escondem por trás de seus argumentos, Almond e Verba expressam que esse equilíbrio entre participação e passividade seria muito bem atingido mediante a divisão do conjunto dos cidadãos em função das diferentes capacidades e habilidades, conforme a qual caberá aos mais educados e melhor situados na escala econômica e social um maior envolvimento e intervenção na gestão e na discussão dos assuntos públicos e aos pior situados socialmente corresponderá uma maior quota de apatia e de desinformação. Lipset (1981) também se mostra preocupado com o perigo que implicaria o ingresso do homem comum ao sistema político, dado que sua participação traria atrelado o risco de esmagar as instituições democráticas. Segundo este autor, os setores populares se caracterizariam por ser uma força apolítica, irracional e com tendência autoritária. Em virtude disto, a única forma de garantir a estabilidade e a continuidade do sistema democrático passaria por depositar toda nossa confiança na capacidade de decisão e no bom senso dos grupos dirigentes. Os defensores da democracia elitista competitiva alegam que a baixa

participação seria um fenômeno inevitável e ao mesmo tempo desejável, dado que garantiria a preservação da ordem política e afastaria fontes de conflito. Como bem assinala Dryzek (1990), tais autores sustentam uma versão da democracia que permite um acesso limitado dos cidadãos ao poder político e tomam uma estendida apatia como funcional à estabilidade democrática. A despolitização da sociedade aparece assim como prioritária e a passividade se transforma em virtude e passa a ser estimulada, de modo que a premissa de que o povo é politicamente incompetente torna-se um projeto das elites dirigentes e das classes dominantes, apoiado por setores importantes dentro da ciência política. Há aqueles que inclusive assinalam, não sem certa dose de cinismo, que uma apatia estendida seria expressão da confiança que os diversos setores sociais depositam nos seus governantes⁵.

Tais considerações podem chegar a surpreender e a impressionar a um leitor desavisado e pouco familiarizado com esta literatura. Porém, passada a surpresa, resulta triste e bastante fácil constatar que estes posicionamentos não são isolados, pelo contrário, são tomadas de posição teóricas e políticas muito estendidas nos círculos intelectuais que controlam a agenda de investigação na ciência política dos países centrais e dos países periféricos em nossos dias. Isto chega a um ponto tal que várias dessas afirmações estão naturalizadas na discussão acadêmica e sequer são questionadas. Quantos politólogos ousariam considerar as instituições representativas ou o regime republicano como freios deliberados à participação política dos setores populares? Quantos se atreveriam a escapar da camisa de força webero-schumpeteriana e estariam dispostos a lutar para recuperar as raízes da utopia democrática e toda a radicalidade e a contestação que esta carrega ao longo da sua história?

Daí a imperiosa necessidade de mudar os postulados básicos da disciplina em tudo aquilo que diz respeito à apreensão do fenômeno democrático. Resulta peremptório incorporar o conflito como um dos elemen-

⁵ Além dos escritos de Almond & Verba (1963) e de Lipset (1981), podem ser citados também os textos de Berelson et al. (1954), Key (1961) e Milbrath (1965). Em todos eles há uma defesa aberta da apatia cidadã como requisito para uma ordem democrática viável e estável.

tos chave de uma teoria democrática renovada. Se bem é verdade que o diálogo e a deliberação são pontos importantes para o desenvolvimento de um sistema político democrático, é oportuno assinalar que não devemos exagerar e cair na sua superestimação. A democracia não é somente diálogo, deliberação, ética da palavra e consenso. Se excluirmos de nossa definição o conflito, tropeçaremos com um consenso forçado, que reprime, que oculta, que nega as contradições, as disputas, os interesses, os valores e as diferentes visões do mundo que, mesmo sob a superfície, sempre continuarão existindo. Não é possível refletir sobre os regimes sócio-políticos que vêm se construindo nestes últimos anos sem pensar, como diz Agustín Cueva (1988), nos ‘adjetivos’, o que supõe – agregaríamos –, pensar na dimensão agonística da vida política. Não podemos em nome do consenso, do equilíbrio, da moderação, da viabilidade, da governabilidade e da estabilidade, eliminar todo conflito, toda posição crítica ou toda forma alternativa de entender e de exercer a democracia. De outro modo, a viabilidade, a estabilidade e a governabilidade terminarão acobertando, em uma atitude fatalista, uma resignada aceitação da aparente imodificabilidade das pobres e incompletas democracias realmente existentes.

Reiteramos, então, que um novo arcabouço interpretativo para o fenómeno democrático deve incluir o conflito e ao mesmo tempo deve resgatar do esquecimento noções como luta de classes, capitalismo e desigualdade. Como bem diz Moses I. Finley (1988, p.86), no seu clássico *Democracia antiga e moderna*,

[...] o conflito não é apenas inevitável, é também uma virtude na política democrática, porque é o conflito em conjunto com o consentimento, e não o consentimento sozinho, que evita que a democracia se desgaste, transformando-se em oligarquia”. (Finley, 1988, p. 86).

Na mesma linha, Marilena Chauí (1989; 1990; 2002; 2003) assinala que o conflito é o coração do regime democrático. Para Chauí, o rasgo principal que caracteriza a política, e em especial a política democrática, é precisamente a legitimidade e a necessidade do conflito. A democracia significa um processo constante de incorporação de novas vozes, a cons-

tuição de novos atores e de novos poderes ou contra-poderes, muitas vezes contrários às instituições vigentes, o que pode dar lugar a novos e mais variados conflitos. Para a destacada filósofa brasileira, o antagonismo é a expressão da vida democrática: “O conflito não é obstáculo, é a constituição do processo democrático, sendo esta, talvez, uma das maiores originalidades da democracia” (Chauí, 1989).

E aqui vale resgatar também outros autores que, na contracorrente, têm defendido ao longo das últimas décadas a importância da luta de classes como forma de alargar as margens dentro das quais se movimenta a democracia e como forma de aprofundar seus conteúdos. Peter Bachrach é um deles; no livro escrito junto com Aryeh Botwinick, *Power and Empowerment: A Radical Theory of Participatory Democracy* (1992), aparece a idéia de que a luta de classes é positiva para o desenvolvimento democrático:

A luta de classes deve ser estimulada como uma forma de revitalizar nossas deficientes democracias, reorganizando os partidos políticos em torno de clivagens classistas e expandindo a participação cidadã e a compreensão pública dos assuntos de interesse nacional (Bachrach & Botwinick, 1992, p.x).

Em várias passagens desta obra, os autores reafirmam que a luta de classes constitui uma forma democrática de mudança social e não uma ameaça à existência e à continuidade da democracia, como pretendem os defensores do paradigma elitista.

Conseqüentemente, caso queiramos observar com maior precisão a situação em que se encontram as democracias latino-americanas, deveremos incorporar o estudo dos protestos e das mobilizações populares que se produzem fora do âmbito das instituições de representação política estabelecidas. Uma análise mais aprofundada da natureza dos regimes políticos do nosso continente exige, como bem diz Ramón Máiz (2003), prestar atenção aos novos grupos, às novas identidades, às novas demandas e aos novos significados da atividade política que surgem à margem dos mecanismos formais da democracia representativa e das instituições partidárias e eleitorais, a tudo aquilo que configura a dimensão

disruptiva, ao poder que emana da ação coletiva, às novas modalidades de se fazer ouvir e se fazer presente no espaço público.

Certa capacidade disruptiva resulta necessária, não apenas para enriquecer o debate na esfera pública, para chamar a atenção da maioria superando o controle midiático, a opacidade e a manipulação comunicativa, e um estreito conceito de ordem pública, mas desde o ponto de vista do pluralismo, para incluir alternativas excluídas do leque daquelas consideradas possíveis pelo consenso hegemônico (Máiz, 2003, p.20).

Coincidindo com a socióloga argentina Mabel Thwaites Rey (2001), cabe afirmar que uma nova teoria democrática deve se ocupar dos espaços alternativos que se abrem para o debate público, dos novos modos de construção democrática e, fundamentalmente, “da irrupção desordenada e enriquecedora do elemento ‘plebeu’”, do popular, da diversidade sócio-política e cultural gerada na realidade cotidiana dos setores subalternos na sua luta por revitalizar as democracias latino-americanas e em seus projetos de reinvenção dos regimes políticos do continente.

Tudo isto implica, sem dúvidas, uma expressiva mudança no campo de atuação da ciência política, um deslocamento de suas fronteiras, uma ruptura com a unidimensionalidade eleitoral-institucionalista e conservadora das correntes hegemônicas, uma expansão de seus espaços de investigação de tal forma que possibilite a elaboração de um outro quadro conceptual desde o qual entender melhor a relação que se estabelece entre democracia, soberania popular, autonomia e emancipação social. Nesta linha, uma das principais preocupações deve passar por revisar a relação que existe entre os movimentos sociais e a democracia. Mencionamos esta questão, pois ela se vê negligenciada pela maioria dos textos dedicados a estudar as democracias latino-americanas e os processos de democratização. É muito pouco o que tem sido produzido nos últimos anos a respeito deste tema, quando os questionamentos e as contribuições dos velhos e dos novos movimentos sociais em prol de um desenvolvimento e de uma materialização mais profundos dos princípios inerentes ao ideário democrático deveriam constituir um fecundo campo para a observação da realidade sócio-política dos nossos países. Tal como

observa Flacher (2000), por muito tempo os politólogos limitaram-se à análise do comportamento eleitoral, sem demonstrarem um grande interesse pela ação coletiva protagonizada pelos setores populares. O novo enfoque que ora defendemos, deve superar a visão reducionista do campo de investigação e abrir espaço para novos objetos, para o papel dos movimentos sociais, para as múltiplas manifestações de protesto.

Este desafio às correntes procedimentalistas e elitistas envolve uma árdua batalha, uma luta muito desigual que aponta a superar uma concepção muito arraigada na disciplina que considera que a única política merecedora desta designação é aquela que se desenvolve dentro das instituições estabelecidas e que fora delas não existe política ou, no mínimo, não pode se falar de política legítima. A resistência a abandonar esta concepção leva a que desde a academia se contribua para a deslegitimação das esferas extra-institucionais e para a sua desvalorização, quando é justamente nestas esferas onde estão surgindo os germes de renovação política e de recuperação dos sonhos democráticos das grandes maiorias populares; nestes âmbitos, nasce a energia social que vem revitalizar as democracias do continente. E aqui não se trata apenas de uma questão normativa. Além disto, é importante entender que ficar dentro dos estreitos limites do paradigma hegemônico “governocêntrico” traz grandes dificuldades para uma real compreensão do que está acontecendo em muitos países da região nestes últimos tempos, marcados por explosões sociais de consideráveis proporções, mesmo contra presidentes, governadores e prefeitos que tinham sido eleitos com amplo apoio popular.

Os ricos e novos processos sócio-políticos vivenciados nos primeiros anos do novo século na Argentina, no Equador ou na Bolívia deveriam estimular esta mudança de enfoque. Nestes e em outros países do continente, vemos como os principais movimentos de oposição aos sucessivos governos não dizem respeito maiormente às agremiações partidárias estabelecidas, mas encontram seu campo de desenvolvimento no seio dos setores sociais mais agredidos pelo modelo econômico neoliberal através de novas formas mais ou menos autônomas de organização. As vozes destoantes, os protestos e os atos insurrecionais se produzem em âmbitos muito afastados dos partidos políticos tradicionais e da institucionalidade estatal e com freqüência até enfrentados com eles. Na sua

riqueza e na sua multiplicidade, tais movimentos expressam um triplo fenômeno: por um lado, refletem a profunda crise que atravessa a estrutura econômica e social destes países, por outro lado, traduzem o profundo divórcio que se produz entre o movimento social e a política partidária e, por último, constituem vias alternativas de democratização desde as bases e tentativas de regeneração do laço social. É inegável que exemplos como os citados vêm apoiar nossas afirmações e impulsionam-nos a refletir a respeito daquilo que configurou o propósito central deste texto: discutir a relação entre o conflito e a democracia. Na Argentina de finais de 2001 e primeiros meses de 2002, teve lugar uma estendida conflitividade social que possibilitou o ingresso de novas vozes e de novos atores à cena política, o que por sua vez levou à expansão e revitalização do tecido democrático. Situação semelhante vem acontecendo na Bolívia desde a Guerra da Água (2000) e a Guerra do Gás (2003), onde graças às gigantescas mobilizações dos setores indígenas e camponeses, as principais demandas da sociedade irromperam com força na agenda pública. O mesmo vale para o Equador, país que desde 1997, protagonizou um prolongado ciclo de protestos que, entre outras coisas, pôs fim ao mandato de três presidentes.

Também podemos fazer referência aos novos governos que surgiram no calor da crise e como resultado mais ou menos direto da mobilização popular em alguns países: o governo de Néstor Kirchner na Argentina, o governo de Hugo Chávez na Venezuela, o de Evo Morales na Bolívia ou o governo de Néstor Correa no Equador. Nos quatro casos, vemos uma nova forma de construção política que encontra no enfrentamento e no conflito um dos seus principais elementos de acumulação de poder e de legitimação social. Os quatro presidentes, cada um com seu estilo e com suas particularidades, vêm rompendo uma série de pactos que restringiam terrivelmente a ação de governo e impossibilitavam a formulação de políticas públicas que assumissem realmente o caráter de tais e que dessem resposta às demandas e às necessidades das postergadas maiorias populares. Os quatro têm encarado uma série de desafios centrados na confrontação com poderosas corporações como as Forças Armadas, a Igreja Católica, os organismos financeiros internacionais, a corporação judicial e, nos casos de Evo Morales, de Hugo Chávez e de Néstor Correa,

as grandes empresas transnacionais do petróleo. Precisamente o contrário do que sugeriam os teóricos da transição. Portanto, não deveria chamar a atenção o fato de que muitos dos que nos anos 80 recomendavam cautela, moderação e celebração de pactos, sejam os mesmos que hoje se escandalizam com a forma em que Kirchner, Chávez, Morais e Correa exercem o poder. Isto acontece não apenas no âmbito acadêmico, encontra eco também nos grandes meios de comunicação, sendo os editoriais e colunas de opinião do jornal *La Nación*, para o caso argentino, um dos melhores exemplos. Neste jornal, tradicional tribuna dos setores conservadores daquele país, são publicadas com alta frequência manifestações de rejeição ao estilo presidencial e aos sinais profundamente perturbadores que daí derivariam, assim como reiterados chamamentos à concórdia e à necessidade de pôr fim aos enfrentamentos em torno dos quais Kirchner organiza sua ação de governo e busca constantemente sua relegitimação pública. Contudo, este modo de governar e alimentar o conflito, apesar das críticas que recebe, não prejudica a democracia, muito pelo contrário: ajuda-a a avançar e a ganhar maiores graus de adesão popular.

A modo de conclusão destas páginas, vale reafirmar a necessidade de entender a democracia como um processo em permanente construção, atravessado iniludivelmente pelo conflito e pela luta em torno de questões substantivas. Sem estes, a própria noção de democracia fica completamente diluída e não passa de um mero simulacro, tanto para os que vivem sob regimes democráticos, quanto para os que, com um olhar crítico, procuram analisá-los. A democracia não é um simples jogo de equilíbrios, como querem as interpretações funcionalistas e as correntes hegemônicas dentro da disciplina politológica. Tampouco é um mero método eleitoral, conforme a visão “realista” ou “possibilista” de Schumpeter e seguidores. Devemos denunciar sistematicamente o absurdo que é conjugar dois termos antitéticos como democracia e elitismo em uma mesma expressão. Devemos renovar radicalmente os pontos de vista e os instrumentos teóricos como condição que possibilite encarar com melhores armas a tarefa de interpretar o estado atual dos regimes democráticos do continente, seus déficits, contradições, potencialidades e perspectivas. A falta de uma dimensão que compreenda tanto os graus

de conflitividade que operam na sociedade e no sistema político, quanto a forma como tais conflitos se relacionam com as instituições políticas estabelecidas e o impulso que eles podem dar à incorporação de novas vozes e de novos atores à cena pública, configura uma omissão que ao final de contas sempre terá um alto custo para os estudiosos que queiram entender o funcionamento das democracias realmente existentes por estas latitudes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. *The Civic Culture: political attitudes and democracy in five nations*. Princeton: Princeton University Press, 1963.

BACHRACH, Peter; BOTWINICK, Aryeh. *Power and Empowerment: A Radical Theory of Participatory Democracy*. Filadelfia: Temple University Press, 1992.

BERELSON, Bernard; LAZARSFELD, Paul; MCPHEE, William. *Voting: a Study of Opinion Formation in a Presidential Campaign*. Chicago: University of Chicago Press, 1954.

BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CHAUÍ, Marilena. Democracia é conflito, não ordem. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 03 ago. 2003.

CHAUÍ, Marilena. Fundamentalismo Religioso: a questão do poder teológico-político. In: BORON, Atilio (Comp.) *Filosofia Política Contemporânea: controversias sobre civilización, imperio y ciudadanía*. Buenos Aires: CLACSO, 2002. p.117-134.

CHAUÍ, Marilena. *Cultura e Democracia: ou discurso competente e outras falas*. São Paulo: Cortez, 1990.

CHAUÍ, Marilena. Cultuar ou Cultivar: cultura, socialismo e democracia. *Teoria e Debate*, n. 8, out./nov./dez. 1989.

CROZIER, Michel; HUNTINGTON, Samuel; WATANUKI, Joji. *The Crisis of Democracy: report on the governability of democracies to the Trilateral Commission*. New York: New York University Press, 1975.

CUEVA, Agustín. *Las democracias restringidas de América Latina: elementos para una reflexión crítica*. Quito: Planeta do Ecuador/Letaviva, 1988.

DI PALMA, Giuseppe. *To Craft Democracies*. Berkeley, CA: Berkeley University of California Press, 1990.

DIAMOND, Larry. Economic development and democracy reconsidered. In: MARKS, Gary; DIAMOND, Larry (eds). *Reexamining Democracy*. Newbury Park: Sage, 1992.

DOMÍNGUEZ, Jorge I. *Democratic Politics in Latin America and the Caribbean*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1998.

DRYZEK. 1990. *Discursive Democracy: Politics, Policy and Political Science*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

FINLEY, Moses I. *Democracia antiga e moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FLACHER, Bruno. *La participation politique*. Lyon: PNF de Lyon, 2000. <<http://sceco.univ-aix.fr/cerpe/ecjsparticppolit.htm>>.

HAMILTON, Alexander; MADISON, James e JAY, John. *O Federalista*. São Paulo: Nova Cultura, Coleção Os Pensadores, 1985.

HIGLEY, John.; GUNTHER, Richard (eds). *Elites and Democratic Consolidation in Latin America and Southern Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

HUNTINGTON, Samuel. *Political Order in Changing Societies*. New Haven: Yale University Press, 1968.

KARL, Terry. Dilemmas of democratization in Latin America. *Comparative Politics*, 23-1, Oct. 1990. p.1-21.

KAUFMAN, Robert R. Liberalization and Democratization in South America: Perspectives from the 1970s. In: O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe; WHITEHEAD, Laurence (eds.). *Transitions from Authoritarian Rule: Prospects for Democracy*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1986. p. 85-107.

KEY, Valdimer Orlando Jr. *Public Opinion and American Democracy*. New York: Knopf, 1961.

LINZ, Juan. Some thoughts on the victory and future of democracy. In: HADENIUS, Axel (ed). *Democracy's victory and crisis*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

LIPSET, Seymour. *Political Man: the social bases of politics* Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1981.

LIPSET, Seymour. Some social requisites of democracy: economic development and political legitimacy. *American Political Science Review*, n.53, 1959, p. 69-105.

MÁIZ, Ramón. ¿Más allá de a democracia representativa? In: JORNADAS DE SOCIOLOGÍA POLÍTICA, 2., Madrid, 2003. [Paper]. Madrid, 2003.

MILBRATH, Lester. *Political Participation: how and why people get involved in politics?* Chicago: Morton Grodzins, 1965.

MORLINO, Leonardo. Democratic Establishments: a dimensional analysis. In: BALOYRA, Enrique (Ed.). *Comparing New Democracies: transition and consolidation in Mediterranean Europe and Southern Cone*. Boulder, CO: Westview Press, 1987. p.53-78.

O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe. *Transições do regime autoritário: primeiras conclusões acerca de democracias incertas*. São Paulo: Vértice/Editora Revista dos Tribunais, 1988. v. 4.

O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe; WHITEHEAD, Laurence (Eds). *Transições do regime autoritário*. São Paulo: Vértice/Editora Revista dos Tribunais, 1988. 4 v.

PASQUINO, Gianfranco. Conflito. BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: UnB, 2004. v.1, p.225-230.

SARTORI, Giovanni. *Teoria da democracia*. São Paulo: Ática, 1994. 2v.: v.1 – O debate contemporâneo; v.2 – Os problemas clássicos.

SARTORI, Giovanni. *¿Qué es a democracia?* México: Nueva Imagen, 1997.

SCHMITTER, Philippe C. An Introduction to Southern European Transitions from Authoritarian Rule: Italy, Greece, Portugal, Spain. In: O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe; WHITEHEAD, Laurence (eds.). *Transitions from Authoritarian Rule: Prospects for Democracy*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1986. p. 3-10.

SCHUMPETER, Joseph A *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura [1942], 1961.

THWAITES REY, Mabel. Sobre la política expulsada y la irrupción plebeya. *Actuel Marx, ¿Pensamiento Único en Filosofía Política?* Buenos Aires: K&AI, n.1, 2001.

VARAS, Augusto. Democratization in Latin America: A Citizen Responsibility'. In: AGÜERO, Felipe; STARK, Jeffrey (eds). *Fault Lines of Democracy in Post-Transition Latin America*. Miami, 1998.

VITULLO, Gabriel E. As teorias da democratização frente às democracias latino-americanas “realmente existentes”. *Opinião Pública*, v.12, n.2, nov. 2006, p.348-377.

VITULLO, Gabriel E. Transitologia, consolidologia e democracia na América Latina: uma revisão crítica. *Revista Sociologia e Política*, n.17, nov. 2001, p.53-60.

WALKER, Jack L. A critique of the elitist theory of democracy. *American Political Science Review*, v.60, n.2, jun.1966. p.285-295.

WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003.

ZAKARIA, Fareed. *The Future of Freedom: Illiberal Democracy at Home and Abroad*. New York: W.W. Norton, 2003.

ZAKARIA, Fareed. The Rise of Illiberal Democracy. *Foreign Affairs*, v. 76, n. 6, 1997, p.22-43.